



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2009

PROCESSO: 2009.0014.1560-8 e PEDIDO N.º 20090226

PREZADOS SENHORES,

O(A) PREGOEIRO (A) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, com sede na Av. Gen. Afonso Albuquerque Lima s/n, - Cambéba, CEP - 60830-120 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora abaixo indicados, será realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regido pela Lei Federal N.º 10.520, de 17/07/2002, pela Resolução N.º 04 de 06/03/2008 do TJCE, com aplicação subsidiária da Lei Federal N.º 8.666/93 e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

OBJETO: "Contratação de empresa para prestação dos serviços de *buffet*, visando a realização de coquetéis, lanches (*coffee breaks*), almoços e jantares finos e almoços casuais, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará", nos termos do disposto no anexo 01 deste edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 13/08/2009 às 09:00 horas (Horário de Brasília).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/08/2009 às 09:00 horas (Horário de Brasília).

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 13/08/2009 às 09:30 horas (Horário de Brasília).

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Observando o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas por telefone ou fax, conforme números abaixo, informando o número da licitação.

Fone: (85) 3216-2654

Fax: (85) 3216-2714

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

Compõem este Edital os Anexos:

ANEXO 01 - QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

ANEXO 02 - RECIBO DE CORRESPONDÊNCIA

ANEXO 03 - FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO 04 - MINUTA DE CONTRATO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases;
- 1.2Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

2. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

- 2.1O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1Poderão participar desta Licitação, toda e qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada e credenciada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

- 3.2É vedada a participação de:

- a)empresas que estejam em processo de recuperação judicial, concordata e falência;
- b)empresas que estejam cumprindo penas de suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;
- c)empresas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração;
- d)empresas que estejam reunidas em consórcio ou coligação;
- e)empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- f)servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, por si ou por interposta pessoa, direta ou indiretamente, como licitante neste processo licitatório;
- g)estejam incluídas no cadastro de Inadimplência da Fazenda Estadual - CADINE - nos termos do artigo 3º da Lei n.º 12.411 de 02/01/1995.

- 3.1Não será permitida a participação de mais de uma empresa que tenha em comum um ou mais sócios cotistas e também aos propostos com procuração.

- 3.2O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005;

- 3.3A **declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.**

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 4.1O certame será conduzido pelo(a) pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a)Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b)Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c)Abrir as propostas de preços;
- d)Analisar a aceitabilidade das propostas;

- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- m) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

CRENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

- 4.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País;
- 4.3 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no *licitações-e*;
- 4.4 Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 4.5 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado;
- 4.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 4.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

- 4.8 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário e limite estabelecidos.

Obs.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado";

- 4.9 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

- 4.10 O licitante que desejar utilizar-se das prerrogativas da **Lei Complementar 123, de 14/12/2006**, deverá declarar em campo específico do sistema.
- 4.11 No preenchimento da proposta eletrônica o licitante poderá mencionar, no campo "INFORMAÇÕES ADICIONAIS", detalhes do serviço a ser prestado e do produto ofertado, ficando **VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO MESMO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**, inclusive em arquivos anexos à proposta de preços.
- 4.12 ~~A validade da proposta será de no mínimo 60(sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.~~
- 4.13 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 4.14 A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas;
- 4.15 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 4.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 4.17 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;
- 4.18 No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;
- 4.19 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 4(quatro) horas, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de fax/e-mail divulgando data e hora a reabertura da sessão;
- 4.20 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- 4.20.1 Face imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 4.21 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor;

- 4.22 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) verificará também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas neste Edital;
- 4.23 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital;
- 4.24 Se a proposta ou o lance de menor de valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;
- 4.25 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação;
- 4.26 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 4.27 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão e etapas posteriores, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5. PROPOSTA E FORNECIMENTO

- 5.1 A Proposta de Preços da Empresa vencedora deverá ser entregue na Comissão Permanente de Licitação do TJCE, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública em 01 (uma) folha original rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ, CGF, endereço e com especificação detalhada do produto.
- 5.2 A proposta deverá explicitar:
- 5.2.1 O prazo de validade que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da abertura das propostas;
- 5.2.2 Valor(es) unitário(s) e total(is), conforme **Anexo 01, do Edital**, devendo o valor global ser escrito em numeral e por extenso;
- 5.3 Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o **menor preço global**, conforme Anexo 01 desde edital;
- 5.4 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da Legislação em vigor;
- 5.5 Serão rejeitadas as propostas que:
- 5.5.1 Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

~~5.5.2~~ Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do(a) PREGOEIRO (A);

5.6 Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

6. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 6.1 Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observada as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;
- 6.2 O Sistema Gerenciador do Pregão Eletrônico (Banco do Brasil) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública;
- 6.3 Em cumprimento ao que se determina o **art. 44 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006**, será assegurada, no caso de empate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, devendo o Pregoeiro, imediatamente após o encerramento da etapa de lances, adotar os procedimentos descritos nos subitens 6.9 e 6.10;
- 6.4 Entende-se por empate na modalidade de pregão, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte estejam compreendidas no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na etapa de lances ou da proposta de menor preço, caso não haja lances;
- 6.5 Após encerramento da etapa de lances, encerrado o tempo randômico, o sistema eletrônico identificará a existência de situação de empate, informando o nome da empresa. Em seguida, o(a) Pregoeiro(a) convocará a empresa que se encontra em situação de empate, devendo esta, dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante esse período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance;
- 6.6 O prazo de 5 (cinco) minutos é decadência e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar encerramento à disputa do lote;
- 6.7 Os procedimentos descritos nos subitens 6.5 e 6.6 somente serão aplicados se a melhor oferta inicial (menor lance ou proposta de menor valor) não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 6.8 Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa, estando essas informações disponíveis para os demais participantes do pregão e também para toda a sociedade;
- 6.9 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;
- 6.10 Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 4.23 e 4.24 deste Edital, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço;

6.11 Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

7. HABILITAÇÃO

7.1 Efetuados os procedimentos previstos no **item 4** deste Edital, o Licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor, deverá encaminhar, no **prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública, a documentação de habilitação prevista abaixo, para o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Comissão Permanente de Licitação, na Av. Gen. Afonso Albuquerque Lima, s/n - Cambéba, Cep - 60830-120;

7.2 Os Licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação para participar do presente certame:

7.2.1 *Certificado de Registro Cadastral (CRC)* expedido pela Secretaria de Administração Estadual do Ceará - SEAD, ou documento similar expedido pelo órgão competente do domicílio fiscal do Licitante;

7.2.2 *Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social - CND*, dentro do prazo de validade;

7.2.3 *Certidão Negativa de Débitos para com o FGTS*, emitido pela Caixa ;

7.2.4 Apresentar *atestado(s) fornecido(s)* por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando que o proponente executou, de forma satisfatória, serviços com características compatíveis ao objeto da presente licitação;

7.2.5 *Comprovação de tratar-se de pessoa jurídica cujo objeto social* contemple a prestação dos serviços objeto deste certame, com, no mínimo, 1(um) ano de experiência em seu ramo de atuação, de características e complexidade semelhantes aos que serão realizados;

7.2.6 Comprovante de Registro da licitante no CRN, Conselho Regional de Nutrição, e de esta possuir Nutricionista responsável pelo fornecimento, das refeições, devidamente registrada no CRN, comprovado através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato de prestação de serviços;

7.2.7 *Dados do representante legal da empresa*, conforme ficha constante no ANEXO 03, comprovados através de procuração ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;

7.2.8 *Declaração, caso exista após a data de sua emissão, algum fato superveniente*, que impeça sua habilitação, sob pena de incidir nas punições cabíveis, relativamente aos documentos exigidos nesta licitação, na forma do § 2º, Art. 32, da Lei n.º 8.666/93;

7.2.9 *Declaração que não possui em seu quadro funcional, nenhum menor de 18(dezoito) anos* em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16(dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz a partir de 14(quatorze) anos.

7.3 A documentação deverá ser apresentada em qualquer processo de fotocópia, obrigatoriamente autenticada em Cartório oficial, conforme Provimento n.º 006/97 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará sob pena de não o fazendo, serem consideradas inabilitadas no presente processo licitatório.

7.4 Os documentos de habilitação disponibilizados pelos Órgãos competentes, emitidos por meio eletrônico através da rede mundial de computadores (internet), para fins de julgamento, serão considerados originais, não necessitando de autenticação notarial. Outrossim, se os mesmos forem apresentados através de cópias xerográficas, estas deverão obrigatoriamente ser autenticadas em cartório;

7.5 (A) Pregoeiro(a) poderá também, solicitar originais de documentos já autenticados para fins de verificação, sendo a empresa obrigada a apresentá-los no prazo de

48(quarenta e oito) horas, contados a partir da solicitação, sob pena de não o fazendo, ser inabilitada;

7.6Dentre os documentos exigidos para habilitação, aqueles que possuírem prazo de vencimento deverão estar dentro da validade estipulada na própria certidão, por ocasião do encaminhamento dos mesmos para análise por parte do(a) Pregoeiro(a).

7.7Todas as certidões negativas apresentadas deverão comprovar a quitação com os tributos pertinentes, as que se encontram positivas só serão acatadas se tiverem o mesmo valor das negativas.

7.8Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, esta deverá apresentar todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, conforme determina o art. 43, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006;

7.8.1Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2(dois) dias úteis, contados da data em que o proponente foi declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da situação que deu causa à restrição;

7.8.2A não regularização no prazo previsto no subitem anterior, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

7.9Durante a análise dos documentos de habilitação e proposta, a CPL poderá submeter os mesmos ao exame do Cerimonial do TJCE, com vistas à comprovação do cumprimento da legislação sanitária em vigor, inclusive as normas higiênico-sanitárias previstas na Resolução - RDC Nº. 216, de 15.09.04, da ANVISA, através de visita às instalações da empresa.

7.10Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo(a) próprio(a) pregoeiro(a), na hipótese de inexistência de recursos administrativos, ou pela Autoridade Superior, na hipótese de existência de recursos administrativos;

7.11Se o licitante desatender às exigências previstas neste Item 7, o(a) pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

8.IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

8.1Decairá do direito de impugnar este Edital aquele que não o fizer dentro dos **02 (dois) dias úteis** antecedentes à data fixada para abertura da sessão pública. Não serão reconhecidos pedidos de impugnação encaminhados via fax símile.

8.1Caberá o(a) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1Declarado o vencedor, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro(a), poderá fazê-lo de imediato e motivadamente, manifestando sua intenção com o registro da síntese das suas razões, exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, sendo-lhe concedido o prazo de 3(três) dias para apresentar por escrito as razões do recurso, conforme o artigo 4º, inciso XVIII da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002. Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados a

- apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;
- 9.2 A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso;
- 9.3 Fica assegurada aos licitantes vista imediata dos autos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contra-razões. Os referidos Autos estarão disponíveis na sala da Comissão de Licitação do TJCE;
- 9.4 Não serão conhecidos os recursos intempestivos, nem acolhidas razões ou contra-razões enviadas por fax;
- 9.5 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;
- 9.6 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;
- 9.7 Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo;
- 9.8 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.9 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação via fac-símile/e-mail.

10. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 A LICITANTE VENCEDORA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:
- a) MULTA de 15% (quinze por cento) sobre o valor previsto no item 12.1.3 do Edital, pela recusa da adjudicatária em assinar o contrato de execução dos serviços;
 - b) MULTA por atraso injustificado, conforme prazo instituído no Contrato, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor global do serviço, até 30 (trinta) dias;
 - c) MULTA por atraso injustificado, na execução do serviço de 10% (dez por cento), do valor do serviço, quando o atraso for superior a 30 (trinta).
- 10.2 O valor da multa aplicada será deduzida pelo TJCE, por ocasião do pagamento, momento em que se comunicará à LICITANTE VENCEDORA;
- 10.3 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao TJCE pelo infrator:
- a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

- 10.4 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

11. DOS PRAZOS

- 11.1 A contratação se efetivará através de contrato - minuta constante do anexo à este Edital, e deverá ser assinado pela PROPONENTE VENCEDORA no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação expedida pelo TJCE para este fim.
- 11.2 Decorrido esse prazo, o não comparecimento da LICITANTE VENCEDORA implicará aplicação da sanção prevista neste Edital, podendo a pregoeira convidar, sucessivamente, por ordem de classificação, as demais licitantes.
- 11.3 O contrato vigorará pelo prazo de 12(doze) meses, contados da data da sua assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.
- 11.4 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

12 DO CONTRATO

- 12.1 Será firmado contrato com a licitante vencedora, que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei 8.666/93 e suas atualizações.
- 12.1.1 Farão parte do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base para o julgamento, bem como as condições estabelecidas neste Pregão e em seus anexos, independentemente de transcrição.
- 12.1.2 O contrato terá prazo de vigência a partir da sua assinatura por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no inciso II, do art. 57, da Lei n.º 8.666/93 (com a nova redação dada pela Lei n.º 9.648, de 27.05.98), limitada a duração a 60(sessenta) meses.
- 12.1.3 O contrato resultante deste Pregão Eletrônico terá limite máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por ano.
- 12.1.4 Caso a proponente, declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o contrato respectivo, dentro do prazo de validade da proposta, poderá o TJ-CE, sem prejuízo de aplicação de penalidades à desistente, optar pela contratação das proponentes remanescentes, na ordem de classificação, se, alternativamente, o TJ-CE não preferir revogar a presente licitação.

13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1 Oferecer o fornecimento e prestação do serviço de Buffet para aproximadamente 800 (oitocentas) pessoas, em local determinado pelo TJCE, para a realização de almoços, jantares, coquetéis e lanches (*coffe breaks*), a serem servidos por ocasião de solenidades, treinamentos, inaugurações e comemorações, consoante com as diretrizes especificadas, em atendimento às solicitações da Assessoria de Cerimonial.
- 13.2 Obedecer às exigências da Assessoria de Cerimonial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, referentes à escolha dos cardápios de almoços/jantares e dos tipos de salgados e mesa de frios em coquetéis finos.
- 13.3 Apresentar cardápios completos antes do evento para aprovação por parte da Assessoria de Cerimonial do TJCE;

- 13.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultante da execução do Contrato;
- 13.5 Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, o comprovante de recolhimento com o I.N.S.S. Resultante da execução do objeto do presente Contrato;
- 13.6 Executar os serviços nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, utilizando produtos de boa qualidade e dentro dos padrões de higiene e validade exigidos pelos órgãos competentes;
- 13.7 Utilizar insumos de primeira qualidade no preparo da alimentação, observando, também, o ponto de cozimento dos alimentos, a fim de evitar que não sejam suficientemente cozidos, "crus", ou que passem do ponto de cozimento, "queimados", etc. Além disso, a alimentação deverá apresentar sabor agradável, aspecto saudável, e nunca deverão ser aproveitadas sobras de outros preparos ou de dias anteriores;
- 13.8 Manter os equipamentos e acessórios utilizados na prestação dos serviços em perfeitas condições de uso e de higiene;
- 13.9 As bebidas serão solicitadas pela Assessoria de Cerimonial do TJCE, e deverão ser servidas: água mineral com e sem gás, água de coco, refrigerantes dietéticos e normais de vários sabores, e sucos de frutas variadas, dentre outras bebidas, de acordo com a solicitação do contratante;
- 13.10 Nos casos de coquetéis, as porções de salgados, canapés, etc., deverão ser de no mínimo 15 por pessoa;
- 13.11 No caso de coquetel seguido de "Almoço ou Jantar Finos", serão fornecidas 10(dez) porções de salgados (míni pasteis, etc) por pessoa;
- 13.12 O transporte do material, gêneros alimentícios, bebidas, mesas, cadeiras e pessoal de apoio, deverão ficar por conta da empresa contratada;
- 13.13 Fornecer os alimentos devidamente acondicionados em recipientes adequados de modo a facilitar o transporte, sem prejuízo da qualidade dos mesmos. As embalagens utilizadas deverão garantir a qualidade da alimentação, sem alteração de suas características físicas, físico-químicas ou microbiológicas;
- 13.14 As bebidas geladas deverão ser transportadas e entregues em caixa de isopor com gelo, ou equipamento equivalente;
- 13.15 A contratada deverá executar diretamente o objeto contratado e possuir suas instalações físicas dentro do perímetro da área metropolitana de Fortaleza, para o pronto atendimento das solicitações, não podendo ocorrer subcontratação total ou parcial do Objeto desta licitação, associação da licitante com outrem, cessão ou transferência total ou parcial.
- 13.16 Deverá manter suas instalações físicas em perfeitas condições de higiene, assegurando ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar as instalações e/ou solicitar vistoria da Vigilância Sanitária;
- 13.17 Deverá substituir imediatamente às suas expensas, os alimentos que estiverem fora das especificações, ou quando o mesmo apresente-se insalubre ou com vestígios de deterioração;
- 13.18 Deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual;
- 13.19 Evitar que os serviços deixem, sob qualquer hipótese, de serem prestados;
- 13.20 Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas na Contratação.

- 13.21 Chegar ao local do evento com antecedência mínima de 2 (duas) horas;
- 13.22 Fornecer todo o material, utensílios e peças, de boa qualidade, necessárias à boa apresentação dos serviços, de acordo com cada evento e de conformidade com o prato a ser servido, utilizando aparelhamento de primeira linha (prataria, cristais, toalhas de mesa finas do tipo bordadas de rechilieu, capas de cadeiras conservadas sem furos ou manchadas) e provendo todos os insumos necessários aos serviços, arcando com os respectivos custos;
- 13.23 Fornecer serviço completo, utilizando pessoal qualificado, com trajés adequados para a ocasião solicitada, responsabilizando-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sócio-fiscais e tributários disso decorrente.

14 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 14.1 Solicitar os serviços à CONTRATADA com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes do início do evento;
- 14.2 Realizar eventos com duração máxima de 5:00hs (cinco horas), podendo, os mesmos, serem prorrogados a critério da Assessoria de Cerimonial do TJCE;
- 14.3 Efetuar o pagamento conforme as Obrigações de Pagamento;
- 14.4 Notificar à CONTRATADA relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

15 DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 15.1 Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, pelo período mínimo de 1 (um) ano.
- 15.2 A contratada do referido processo licitatório poderá solicitar ao Tribunal, reajuste de preços somente depois de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura do contrato. Quando da solicitação de reajuste de preço, será utilizado o índice de preços da Fundação Getúlio Vargas (site <http://www.fgvdados.com.br>). Em caso da extinção do referido índice, o Tribunal fará a opção do índice que servirá de reajuste. Ficará a critério do Tribunal de Justiça, concordar ou não o reajuste de preço.

16 PAGAMENTO

- 16.1 Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário nas agências do BANCO BRADESCO S/A., devendo as faturas ou notas fiscais, referentes aos serviços prestados serem entregues até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços, e estas deverão ser pagas, sem quaisquer acréscimos e atualização monetária, até o último dia útil do referido mês, devidamente atestado pelo(s) setor(es) competente(s) deste Tribunal de Justiça. Essa(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Judiciário, CNPJ N.º 41.655.846/0001-47.

17 RECURSOS FINANCEIROS

- 17.1 Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Judiciário, tendo como Fonte os recursos próprios, na seguinte dotação orçamentária:

04200001.02.061.400.21234.01.33903900.70.0.00

18DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;
- 18.2O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- 18.3 A Assessoria de Cerimonial do TJCE será competente para gerir e fiscalizar a fiel execução do contrato, inclusive da fiscalização da feitura, sabor, aroma e aspecto geral da alimentação fornecida.
- 18.4Os serviços serão executados em locais onde o Poder Judiciário do Estado do Ceará puder vir a promover solenidades, tais como: Palácio da Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua, ESMEC, Corregedoria, Comarcas do Interior, etc.
- 18.5O valor máximo a ser proposto pela Licitante será de R\$ 31,00 (trinta e um reais) por pessoa, para realização de coquetéis; de R\$ 34,00 (trinta e quatro reais) por pessoa, na realização de lanches (*coffe breaks*); de R\$67,00 (sessenta e sete reais) por pessoa, na realização de almoços e jantares finos e de R\$ 56,00 (cinquenta e seis reais) por pessoa, na realização de almoços casuais. As empresas que cotarem valores superiores a estes serão desclassificadas.
- 18.6O Contrato poderá ser rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:
- 18.6.1atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução dos serviços contratados;
 - 18.6.2paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia autorização da Administração;
 - 18.6.3subcontratação total ou parcial do Objeto deste Projeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como da fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução do presente Projeto de Contratação.
- 18.7A Assessoria de Cerimonial do TJCE será competente para gerir e fiscalizar a fiel execução do contrato, inclusive da fiscalização da feitura, sabor, aroma e aspecto geral da alimentação fornecida.
- 18.8Fica assegurado aos participantes do certame, em qualquer fase da licitação, solicitar melhores esclarecimentos. Qualquer informação fornecida por telefone, não terá caráter formal.
- 18.9Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 18.10É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

- 18.11 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação;
- 18.12 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;
- 18.13 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;
- 18.14 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário da Justiça do Estado do Ceará;
- 18.15 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo (a) Pregoeiro(a).
- 18.16 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;
- 18.17 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, considerado aquele a que está vinculado o(a) Pregoeiro(a).
- 18.18 O(A) Pregoeiro(a) do TJCE atenderá aos interessados no horário de 8:00 e às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para melhores esclarecimentos.
- 18.19 É vedado ao servidor dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, participar como Licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, dos procedimentos licitatórios disciplinados pela Lei N.º 10.880, de 29/12/83.
- 18.20 A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.
- 18.21 Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) do TJCE, nos termos da Legislação pertinente.
- 18.22 **As empresas, que cadastrarem propostas no site do Banco do Brasil, DEVERÃO ENCAMINHAR o ANEXO 02 - RECIBO DE CORRESPONDÊNCIA até a data de realização da sessão de disputa.**

Fortaleza-CE, aos 30 de julho de 2009.


Georgeanne Lima Gomes Botelho

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO 01

QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor Unitário por pessoa
1.	Prestação dos serviços de buffet visando a realização de COQUETÊIS.	
2.	Prestação dos serviços de buffet visando a realização de LANCHES (COFFEE BREAKS).	
3.	Prestação dos serviços de buffet visando a realização de ALMOÇOS E JANTARES FINOS.	
4.	Prestação dos serviços de buffet visando a realização de ALMOÇOS CASUAIS.	
TOTAL		

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

ALMOÇOS E JANTARES FINOS (MESA MONTADA)

A. Quantidade de garçons por grupo de pessoas

* 01 (hum) garçom para cada grupo de 20 pessoas

B. Cardápio

Prato quente com filet bovino com molhos variados

Prato quente com filet de frango com molhos variados

Prato quente com filet de peixe e camarão com molhos variados

Saladas: Nórdica, Paulista, Saborosa, Americana, Tropical, Salpicão, Verdes c/ frutas

Arroz: Branco, Com brócolis, À Grega, Com açafrão, Com castanhas, Com passas

C. Sobremesas: (2 tipos)

Taça Tropical

Salada de frutas

Mousses: Maracujá, Limão, Morango, Graviola, Chocolate

Delícia de goiaba

Chufete

Sorvetes: Sabores variados (light e normal)

Pudim de claras com baba de moça

Tarte ao capuccino

Rocamboles: Chocolate, Morango e goiaba

D. Mesa de café e licor

Brownie de chocolate

Balas falso noisat

Biscoito crocante

Biscoito da florzinha

Biscoito lua de mel

Biscoitos salgados

Losângulos: Maracujá, Chocolate, Laranja

Licor (Cointreau, franjélico)

E. Bebidas

Refrigerante: Normal, light e diets à vontade
Água mineral sem gás à vontade
Suco de frutas (cajá, acerola, graviola, manga, goiaba, caju e laranja)

F. Serviço de Pessoal (Necessário):

Maitre
Garçons
Garçonetes
Cumins
Copeiro
Aux. de cozinha
Motorista

G. Tipos de toalhas (Finas)

Toalhas para mesas de convidados
Toalhas para buffets de almoço
Toalhas para buffets de sobremesas

H. Tipos de louça (Finas)

Copos para água e refrigerantes
Copos para whisky
Taças para vinho branco
Taças para vinho tinto
Bandejas com toalhinhas finas
Pratos e talheres para refeição
Pratos e talheres para sobremesa
Guardanapos finos de tecido

COQUETEL FINO

A. Quantidade de garçons por grupo de pessoas

* 01 (um) garçom para cada grupo de 25 pessoas

B. Quantidade de salgados por pessoa:

* 15 salgados por pessoa (entre salgados quentes e canapés)

C. Tipos de salgados finos

Brioche de escargot
Crespinho de caranguejo
Filé com molho roquefort
Filé en croute
Folhadinho de lombinho
Folhadinho de maçã com canela
Mill folhas de lagosta
Mini quiche lorraine
Mini trufas de peru defumado
Pastéis: camarão, carne e quatro queijos
Canapés finos
Pastel de forno de camarão
Pastel de forno de rioeta com espinafre
Surpresa de camarão com catupiry
Surpresa de provolone com bacon
Vol-au-vents: tomate seco, lagosta, frango e catupiry
Caranguejo em panela de fondy servido em tartalates
Rolinhos de berinjela com tomate seco
Rolinhos de bacalhau
Quadrado de frango com fondue de queijo
Chip de banana com geléia de amora
Camarão empanado servido com molho rosé e tártaro
Quiche de aspargo, queijo roquefort e lorraine
Queijo aperitivo brife com geléia de damasco

D. Mesa de frios (200gr por pessoa)

Frios defumados Variados
Pastas variados
Caponata de berinjeta
Presunto fatiado caramelado
Peito de frango ao molho de ervas finas
Ensopado de caranguejo
Terrine de defumados e lombinho
Peru à canadense
Pernil ao molho dourado
Involtellini de zucchini
Pães finos (leite, beterraba, centeio)
Torradas de pão integral e branco

E. Bebidas

Refrigerante Coca Cola normal e light
Refrigerante Guaraná normal e light
Água mineral sem gás
Suco de frutas (cajá, acerola, graviola, manga, goiaba e caju)
Coquetel de frutas (com álcool e sem álcool)

F. Pessoal Necessário

Maitre
Garçons
Garçonetes
Cumins
Copeiro
Aux. de cozinha
Motorista

G. Tipos de toalhas (Finas)

Toalhas para mesas de apoio
Toalhas para buffets de frios

H. Tipos de louça (Finas)

Copos para água e refrigerantes
Taças para coquetel decoradas
Copos para whisky
Taças para vinho branco
Taças para vinho tinto
Bandejas com toalhinhas finas
Mesas de apoio com forro e toalhas finas

ALMOÇOS CASUAIS

A. Quantidade de garçons por grupo da pessoas

B. Cardápio

Prato quente com filet bovino com molhos variados
Prato quente com filet de frango com molhos variados
Prato quente com filet de peixe e camarão com molhos variados
Saladas: Nórdica, Paulista, Saborosa, Americana, Tropical, Salpicão, Verdes c/ frutas
Arroz: Branco, Com brócolis, À Grega, Com açafrão, Com castanhas, Com passas

C. Sobremesas: (2 tipos)

Taça Tropical
Salada de frutas
Mousses: Maracujá, Limão, Morango, Graviola, Chocolate
Delícia de goiaba
Charlotte
Sorvetes: Sabores variados (light e normal)
Pudim de claras com baba de moça
Tarte ao capuccino
Rocamboles: Chocolate, Morango e goiaba

D. Mesa de café e licor

Brownie de chocolate
Balas falso nogaht
Biscoito crocante
Biscoito da florzinha
Biscoito lua de mel
Biscoitos salgados
Losângulos: Maracujá, Chocolate, Laranja

E. Bebidas

Refrigerante: Normal, light e diets à vontade
Água mineral sem gás à vontade
Suco de frutas (cajá, acerola, graviola, manga, goiaba, caju e laranja)

F. Serviço de Pessoal (Necessário):

SEM PESSOAL - SOMENTE ENCOMENDA

G. Tipos de toalhas (Finas)

Toalhas para mesas de convidados
Toalhas para buffets de almoço
Toalhas para buffets de sobremesas

H. Tipos de louça (Finas)

Copos para água e refrigerantes
Copos para whisky
Taças para vinho branco
Taças para vinho tinto
Bandejas com toalhinhas finas
Pratos e talheres para refeição
Pratos e talheres para sobremesa
Guardanapos finos de tecido

LANCHE (COFFEE BREAK)

A Quantidade de garçons por grupos de pessoas:

- h) 01 (um) garçom para cada grupo de 10 pessoas
- i) 02 (dois) auxiliares de cozinha (fritadeira)

SOBREMESA (01 OPÇÃO)

Espumante de abacaxi
Mousse soufflé de morango
Crema de baunilha e chocolate com biscoitos de aveia e mel light
Sorvete light
Tortinha de limão/ morango e equivalentes
Crepes doces

CONSUMÉS (02 OPÇÕES)

Frango
Brócolis
Legumes
Salmão
Caldo verde
Aspargo fresco
Carja
Caldo de carne

SALGADOS DE FORNO E FRITURA (03 OPÇÕES)

Pastéis de bacalhau, carne e queijo
Pães de queijo
Canudinhos (frango, camarão e atum)
Tortinhas de frango
Kibes fritos
Rissoles de vatapá e camarão
Empada de frango, camarão e bacalhau
Bolinha de bacalhau
Filé em cubo ao molho roqueford
Quiche de ricota com espinafre/queijo
Esfirra

Queijo em cubo a milanesa
Barquetas (bacalhau/saladas)
Geléia de pimenta

RESISTENCE QUENTE (02 OPÇÕES)

Ramequin de carne de sol com mandioquinha
Crepes (ricota com espinafre, queijo, presunto e camarão)
Sofre de atum / camarão
Escalopes de filé fatiado com molho, servido com pão de leite
Rocambolo de frango com molho light e molho de tomate
Rocambolo de bacalhau

MINI SANDUICHE DE PÃO INTEGRAL (02 OPÇÕES)

Frango defumado
Atum
Ricota
Ricota com espinafre
Tomate seco

MINI BEIRUTES (01 OPÇÃO)

Rosbife com requeijão
Peru defumado com queijo fresco
Lagarto com molho de iogurte
Queijo cheddar com peito de peru

PETIT FOURS (1 OPÇÃO)

Brownies
Muffins
Quadrinhos de castanha do Pará
Quadrinhos de goiaba
Losango de maracujá

OUTROS (02 OPÇÕES)

Salada de frutas (melão, morango, abacaxi, mamão e etc.)
Frutas fatiadas
Torradas
Biscoitos
Mini tapiocas

BEBIDAS

Água mineral
Café
Chá quente (sachês) camomila, erva-doce, capim santo
Chocolate quente
Refrigerante (coca-cola, guaraná)

Sucos com adoçante (cajá, acerola, graviola, goiaba, laranja e abacaxi)

GA

ANEXO 02

RECIBO DE CORRESPONDÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2009

OBS: Visando comunicação futura entre este Tribunal de Justiça e essa empresa, solicitamos de Vossa Senhoria, preencher o recibo de entrega do edital e remeter a Comissão Permanente de Licitação da TJCE por meio do fax **(085) 3216-2654 ou 3216-2714**. A não remessa do recibo exime ao Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como quaisquer informações adicionais.

EMPRESA:

CNPJ N.º

ENDEREÇO:

TELEFONE EM FORTALEZA:

FAX:

ENVIAR CORRESPONDÊNCIA PARA:

NOME DO RECEBEDOR:

CARGO:

IDENTIDADE:

8/10

ANEXO 03

FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es) devidamente habilitados da futura CONTRATADA, indicando(s) para assinatura do Contrato:

NOME : _____

NACIONALIDADE : _____

ESTADO CIVIL : _____

PROFISSÃO : _____

RG : _____

CPF : _____

DOMICÍLIO : _____

CIDADE : _____

UF : _____

FONE : _____

FAX : _____

CELULAR : _____

E-MAIL : _____

8/10

ANEXO 04



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Comissão Permanente de Licitação**

CÓDIGO 01 - CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS de buffet, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE BUFFET, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º _____/2009).

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Distrito de São José do Cambeba em Fortaleza - Ce, inscrito no CGC sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Geral, e a empresa _____

representada neste ato por _____, portador da carteira de identidade n.º _____/_____, CPF n.º _____, com endereço na _____, inscrita no CGC-MF sob o número _____, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de fls. ____ do processo administrativo n.º _____/_____, e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, com alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 8.883/1994, 9.648/1998 e 9.854/1999.

CLAUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da Licitação sob a modalidade **Pregão Eletrônico n° 50/2009**, devidamente homologada pelo Exmo. Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tudo de conformidade com as disposições da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei n° 9.648, de 27 de maio de 1998.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O objeto deste contrato consiste **Contratação de empresa para prestação dos serviços de buffet, visando a realização de coquetéis, lanches (coffee breaks), almoços e jantares finos e almoços casuais, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará, conforme informações contidas no Pregão Eletrônico n.º 50/2009.**

PARÁGRAFO ÚNICO - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

I. DO CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento do montante correspondente ao valor dos serviços prestados, de conformidade com o disposto na Cláusula Quinta;
- b) Notificar à CONTRATADA relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- c) Solicitar os serviços à CONTRATADA com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes do início do evento;
- d) Realizar eventos com duração máxima de 5:00hs (cinco horas), podendo, os mesmos, serem prorrogados a critério da Assessoria de Cerimonial do TJCE;
- e) Efetuar o pagamento conforme as Obrigações de Pagamento.

II. DA CONTRATADA:

- a) Oferecer o fornecimento e prestação do serviço de *Buffet*, para aproximadamente 800(oitocentas) pessoas, em local determinado pelo TJCE, para a realização de almoços, jantares, coquetéis e lanches (coffee breaks), a serem servidos por ocasião de solenidades, treinamentos, inaugurações e comemorações, consoante com as diretrizes especificadas, em atendimento às solicitações da Assessoria de Cerimonial.
- b) Obedecer às exigências da Assessoria de Cerimonial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, referentes à escolha dos cardápios de almoços/jantares e dos tipos de salgados e mesa de frios em coquetéis finos.
- c) Apresentar cardápios completos antes do evento para aprovação por parte da Assessoria de Cerimonial do TJCE;

44

- d) Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultante da execução do Contrato;
- e) Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, o comprovante de recolhimento com o I.N.S.S. Resultante da execução do objeto do presente Contrato;
- f) Executar os serviços nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, utilizando produtos de boa qualidade e dentro dos padrões de higiene e validade exigidos pelos órgãos competentes;
- g) Utilizar insumos de primeira qualidade no preparo da alimentação. Observando, também, o ponto de cozimento dos alimentos, a fim de evitar que não sejam suficientemente cozidos, "crus", ou que passem do ponto de cozimento, "queimados", etc. Além disso, a alimentação deverá apresentar sabor agradável, aspecto saudável, e nunca deverão ser aproveitadas sobras de outros preparos ou de dias anteriores;
- h) Manter os equipamentos e acessórios utilizados na prestação dos serviços em perfeitas condições de uso e de higiene;
- i) As bebidas serão solicitadas pela Assessoria de Cerimonial do TJCE, e deverão ser servidas: água mineral com e sem gás, água de coco, refrigerantes dietéticos e normais de vários sabores, e sucos de frutas variadas, dentre outras bebidas, de acordo com a solicitação do contratante;
- j) Nos casos de coquetéis, as porções de salgados, canapés, etc., deverão ser de no mínimo 15 por pessoa;
- k) No caso de coquetel seguido de "Almoço ou Jantar Finos", serão fornecidas 10 (dez) porções de salgados (míni pasteis, etc) por pessoa;
- l) O transporte do material, gêneros alimentícios, bebidas, mesas, cadeiras e pessoal de apoio, deverão ficar por conta da empresa contratada;
- m) Fornecer os alimentos devidamente acondicionados em recipientes adequados de modo a facilitar o transporte, sem prejuízo da qualidade dos mesmos. As embalagens utilizadas deverão garantir a qualidade da alimentação, sem alteração de suas características físicas, físico-químicas ou microbiológicas;
- n) As bebidas geladas deverão ser transportadas e entregues em caixa de isopor com gelo, ou equipamento equivalente;
- o) A contratada deverá executar diretamente o objeto contratado e possuir suas instalações físicas dentro do perímetro da área metropolitana de Fortaleza, para o pronto atendimento das solicitações, não podendo ocorrer subcontratação total ou parcial do Objeto desta licitação, associação da licitante com outrem, cessão ou transferência total ou parcial.
- p) Deverá manter suas instalações físicas em perfeitas condições de higiene, assegurando ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar as instalações e/ou solicitar vistoria da Vigilância Sanitária;
- q) Deverá substituir imediatamente às suas expensas, os alimentos que estiverem fora das especificações, ou quando o mesmo apresente-se insalubre ou com vestígios de deterioração;

- r) Deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual;
- s) Evitar que os serviços deixem, sob qualquer hipótese, de serem prestados;
- t) Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas na Contratação.
- u) Chegar ao local do evento com antecedência mínima de 2 (duas) horas;
- v) Fornecer todo o material, utensílios e peças, de boa qualidade, necessárias à boa apresentação dos serviços, de acordo com cada evento e de conformidade com o prato a ser servido, utilizando aparelhamento de primeira linha (prataria, cristais, toalhas de mesa finas do tipo bordadas de rechilieu, capas de cadeiras conservadas sem furos ou manchadas) e provendo todos os insumos necessários aos serviços, arcando com os respectivos custos;
- w) Fornecer serviço completo. Utilizar pessoal qualificado, com trajes adequados para a ocasião solicitada, responsabilizando-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sócio-fiscais e tributários disso decorrente.

CLAUSULA QUARTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, o valor global máximo de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por ano, sendo os seguintes valores unitários:

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor Unitário por pessoa
1.	Prestação dos serviços de <i>buffet</i> visando a realização de COQUETÉIS.	
2.	Prestação dos serviços de <i>buffet</i> visando a realização de LANCHES (COFFEE BREAKS).	
3.	Prestação dos serviços de <i>buffet</i> visando a realização de ALMOÇOS E JANTARES FINOS.	
4.	Prestação dos serviços de <i>buffet</i> visando a realização de ALMOÇOS CASUAIS.	
TOTAL		

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário nas agências do BANCO BRADESCO S/A, devendo as faturas ou notas fiscais, referentes aos serviços prestados serem entregues até o dia 10(dez) do mês subsequente à prestação dos serviços, e estas deverão ser pagas, sem quaisquer acréscimos e atualização monetária, até o último dia útil do referido mês, devidamente atestado pelo(s) setor(es) competente(s) deste Tribunal de Justiça. Essa(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Judiciário, CNPJ N.º 41.655.846/0001-47.

Parágrafo Segundo - Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, pelo período mínimo de 1(um) ano.

Parágrafo Terceiro - A contratada somente poderá solicitar ao Tribunal reajuste de preços, em caso de prorrogação, depois de 1(um) ano, a contar da data de assinatura do contrato, quando da solicitação de reajuste de preço, será utilizado o índice específico de preços da Fundação Getúlio Vargas (site <http://www.fgvdados.com.br>). Em caso da extinção do referido índice, o Tribunal fará a opção do índice que servirá de reajuste. Ficará a critério do Tribunal de Justiça, concordar ou não o reajuste de preço.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

Parágrafo Quinto - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência na liquidação de obrigações financeiras decorrentes de penalidades ou inadimplência contratual, inclusive no que se refere à apresentação do demonstrativo dos serviços executados.

CLAUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Judiciário, tendo como Fonte os recursos próprios, na seguinte dotação orçamentária:

04200001.02.061.400.21234.01.33903900.70.0.00

CLAUSULA SEXTA - DA VIGENCIA

O presente Instrumento terá vigência de **12 (doze) meses**, prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s) aqui pactuado(s), contados a partir da data da assinatura do CONTRATO, podendo ser prorrogado por iguais períodos, conforme a legislação vigente.

CLAUSULA SETIMA - DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, às sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e às multas e penalidades a seguir:

- a) Advertência;
- b) MULTA de 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta pela recusa da adjudicatária em assinar o contrato de execução dos serviços;
- c) MULTA por atraso injustificado, conforme prazo instituído no Contrato, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor global do serviço, até 30 (trinta) dias;
- d) MULTA por atraso injustificado, na execução do serviço de 10% (dez por cento), do valor do contrato, quando o atraso for superior a 30 (trinta).
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de fornecer e contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no prazo de até 2 (dois) anos;
- f) A inexecução total ou parcial dos serviços, inclusive a sua transferência total ou parcial a outra empresa, sem prévio assentimento do TJCE, ensejará sua anulação com as consequências previstas em Lei;
- g) RESCISÃO
- Nos casos previstos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

CLAUSULA OITAVA - DA RESCISAO

O inadimplemento das cláusulas e condições previstas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal com prova de recebimento, sem prejuízo da cláusula sétima.

PARÁGRAFO ÚNICO

Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução dos serviços contratados;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia autorização da Administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do Objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como da fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução do Contrato;
- f) Decretação de falência ou insolvência civil;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração ou modificação da finalidade ou da estrutura da Empresa, que, a juízo da Administração, prejudiquem a execução deste Contrato;
- i) Ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;
- j) Por quaisquer das cláusulas previstas nos incisos XIV, XV e XVI do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 2(duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza, ____ de _____ de 2009.

SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: